

18 MAR 1987 O repasse geral

JORNAL DE BRASÍLIA

Uma tentativa

O Senado vai colocar hoje em órbita uma comissão especial com vocação para CPI. Ela vai investigar os miolos da dívida externa e colocar o Congresso Nacional em posição de participar, futuramente, da renegociação dos contratos da dívida no calibre dos interesses nacionais. Principal articulador da comissão, o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL, diz que o Senado, deve não apenas sondar o que nos espera na esquina da moratória, também repassar o que o Brasil fez ou deixou de fazer com os US\$ 107 bilhões da dívida externa.

A comissão pretende convocar — e tem poderes para isso — ministros dos governos anteriores, começando por dois ilustres constituintes do PDS: o senador Roberto Campos e o deputado Delfim Netto. Quem deve abrir a fileira dos depoimentos, para falar do futuro e não do passado, é o ministro Dilson Funaro.

Um teto baixo

O sufoco da dívida externa, com ou sem moratória parcial, impõe como teto para as importações de 1987 alguma coisa ao redor de US\$ 8 bilhões — na impossibilidade que temos de duplicar as exportações.

O desafio, no caso, é político: como enxugar as compras externas pela metade sem assumir o risco da recessão interna?

Até para aumentar a produção agrícola — que substitui importação e amplia a exportação — é preciso importar adubos e produtos químicos. A indústria em geral depende da importação de matérias primas, componentes e produtos finais. E os estoques estão praticamente zerados.

O suspiro é de um assessor do ministro João Sayad: a pauta de importações do Brasil é de baixo teor de compressibilidade. O supérfluo e o postergável representam menos de um décimo das compras totais. E a economia brasileira não está com a corda da auto-suficiência para contentar-se com importações equivalentes a apenas 2,5 do PIB.

Com recessão?

Com ou sem moratória, o ajuste de fora para dentro, por exigência do serviço da dívida, é recessivo por natureza. Os projetos do plano de metas, no setor público, estão sem garantia de recursos. A poupança interna, além de curta, é mal reciclada. Ela se localiza no sistema de crédito e não no mercado de capitais. E com os juros no alto e em alta, esse recurso interno, além de insuficiente é o mais caro do mundo para investimento.

A contagem regressiva da recessão já foi ligada. Pode ser travada?

Converter um terço da dívida externa em títulos brasileiros de sete anos com rentabilidade real de 3% ao ano é o sonho dourado do economista Stephen Charles Kanitz, assessor especial da Seplan para assuntos da dívida externa. Os títulos brasileiros seriam colocados, de preferência, nas carteiras dos fundos de pensão dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Tais fundos, entendidos como instrumentos de "socialização" da acumulação capitalista, totalizam um patrimônio mastodôntico de centenas de bilhões de dólares nos dois lados do atlântico norte. Na Alemanha Ocidental, os fundos de pensão, patrimônio dos trabalhadores, controlam 54% do capital social da indústria germânica.

Kanitz acaba de consultar 240 fundos americanos e europeus. A maioria diz que faria posição em títulos brasileiros.

Parando tudo

Os bancários vão parar a partir de terça-feira, dia 24. E prometem deixar o sistema financeiro no acostamento por tempo indeterminado. A ordem é dar um choque no outro lado da mesa de negociação, na direção de um acordo que o lado patronal classifica como leonino ou não negociável: salário em dobro já, com escala móvel, piso profissional de Cr\$ 5.560,00, estabilidade no emprego e uma comissão sindical em cada banco.

A greve dos bancários deve ganhar a taça da turbulência pós-cruzado — dado o efeito multiplicador do sistema financeiro sobre as atividades econômicas em geral. Ela pode ter um impacto maior que o do movimento dos marítimos e dos petroleiros, juntos.

Sem perder de vista o espírito público do estado, o governo estadual deve funcionar com a eficiência de uma empresa privada bem administrada. Para tanto, o secretariado deve ser menos político e mais técnico, integrado não por acadêmicos, mas por empresários.

Com essa filosofia, o governador Moreira Franco vai delegar a administração do caixa estadual e o planejamento da economia fluminense a dois executivos profissionais: Jorge Hilario Gouveia Vieira, secretário da Fazenda, e Victorio Bhering Cabral, secretário da Indústria e Comércio.

O primeiro estava na presidência do Instituto de Resseguros do Brasil e é da família controladora da petróleo Ipiranga. O segundo é diretor, de longa data, do grupo Villares.